

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b. Por vencimento:

	2016	2015
A vencer:		
Até 30 dias	58.681	263.374
De 31 a 60 dias	155.052	196.346
De 61 a 90 dias	206.999	204.768
De 91 a 180 dias	251.658	249.736
De 181 a 360 dias	219.309	789.645
Acima de 360 dias	1.551.726	1.543.484
Vencidas		
Total	2.443.425	3.247.353

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2016 representam 90,09% da carteira de crédito (86,18% em 31 de dezembro de 2015), no montante de R\$ 2.201,331 (R\$ 2.026,071 em 2015).

c. Por nível de risco ("rating")

	2016	2015
Nível de risco		
AA	2.376.979	97
A	0,5	1.354
B	1	10
C	36.407	2
D	22.019	96.262
F	57	49
Total	2.443.425	3.247.353

d. Por setor de atividade:

	2016	2015
Setor privado:		
Indústria	2.239.222	3.074.896
Comércio	162.720	150.866
Outros serviços	41.426	21.542
Pessoas físicas	57	49
Total	2.443.425	3.247.353

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo inicial	6.749	6.476
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.340)	(4.639)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.740	4.912
Saldo final	27.149	6.749

No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houveram operações renegociadas.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	349.593	778.565
Direitos sobre venda de câmbio	10.603	71.854
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(629)	(4.245)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	2.136	4.294
Total	361.703	850.468

13. DEPÓSITOS

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Descrição	2016		2015	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	45.493	59.902	-	-
Até 30 dias	-	30.437	-	-
De 31 a 60 dias	-	86.185	-	-
De 61 a 90 dias	-	180.561	-	-
De 91 a 180 dias	-	7.090	-	-
De 181 a 360 dias	-	823.895	-	-
Acima de 360 dias	-	2.112.584	-	-
Total	45.493	2.112.584	-	-

A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada no Cetip S.A. - Mercados Organizados com cláusula de resgate antecipado.

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2016	2015
Carteira		
terceiros	20.408	20.408
Total	20.408	20.408

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, com segue: **a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 31 de dezembro de 2016 de US\$ 208.814 (US\$ 413.361 em 2015) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 18 de setembro de 2018, sujeitos às taxas de juros de até 1,695% a.a. acrescidos de variação cambial para essa operação. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 680.421 (R\$ 1.613.843 em 2015). **b. Obrigações por repasses do exterior:** Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2016, correspondem a US\$ 724.167 (US\$ 546.255 em 2015). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,59% a.a. até 1,97% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 26/06/2019. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.359.784 (R\$ 2.132.689 em 2015). **c. Obrigações por repasses no país:** Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 9,50% a.a., no montante de R\$ 104.223 (R\$ 140.172 em 2015).

Descrição	2016		2015	
	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos em moeda nacional	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos em moeda nacional
Sem vencimento	45.493	59.902	-	-
Até 30 dias	-	30.437	-	-
De 31 a 60 dias	-	86.185	-	-
De 61 a 90 dias	-	180.561	-	-
De 91 a 180 dias	-	7.090	-	-
De 181 a 360 dias	-	823.895	-	-
Acima de 360 dias	-	2.112.584	-	-
Total	45.493	2.112.584	-	-

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a) (i)	17.468	20.854
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	8.618	8.258
Imposto Sobre Serviços - ISS	99	257
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda	775	915
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	579	1.532
Programa de Integração Social	94	249
IR sobre JCP	7.404	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19c)	15.162	9.221
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	314	220
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	8	7
PIS Compensação (nota explicativa nº 17)	2.938	2.996
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	608	2.338
Impostos e contribuições sobre salários	1.829	1.226
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	509	425
Outros	465	242
Total	56.870	47.170
Passivo circulante	44.705	33.780
Exigível a longo prazo	12.165	13.390

(i) A decretação para a nota explicativa 19, de imposto de renda e contribuição social, conforme de ajustes relativos a 2015 em virtude do provisionamento a maior de IRPJ e CSLL sobre as gratificações. **b. Diversas:**

	2016	2015
Exigível a longo prazo	30.644	30.644
Exigível a curto prazo	11.531	9.303
Provisão para despesas pessoais	1.385	3.250
Provisão para despesas gerais	1.722	643
Diversas Prestadas	130	127
Total	14.768	30.644

c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital: O Banco possui dois empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY. • No valor de US\$ 40 milhões por um período de 15 anos, autorizado pelo BACEN em 10 de novembro de 2006 e ser considerado como dívida subordinada, integrando o nível II do patrimônio de referência do Banco; • No valor de US\$ 160 milhões, em outubro de 2013, por um período de 10 anos, autorizado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2013 e também integrar o nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos foram autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.778 de 31 de outubro de 2013. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2016 dos dois empréstimos é de R\$ 655.074 (R\$ 783.852 em 31 de dezembro de 2015).

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	2016		2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	3.870	3.572	-
ISS - SP (b)	65	267	2.401	2.226
Obrigações legais:				
Desmuntualização Cetip (h)	91	81	-	-
PIS compensação (nota explicativa (d))	2.938	2.336	-	1.656
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	8.462	8.462	7.909	7.909
Total	12.164	13.390	14.733	15.362
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	27.347	23.917	69	70
Trabalhistas (g) - PIS que vem sendo solicitada judicialmente desde 2006 e que não foi efetuada	30.644	27.450	1.599	1.880
Total	42.808	40.840	16.332	17.242

a. O Banco possui processos relacionados ao Imposto Sobre Serviços - I.R. de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica dos seus consultores internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não foi efetuada provisão, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica que o montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 3.870 (R\$ 3.572 em 2015). **b.** A provisão se refere a uma parte do processo em discussão relacionados a imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativos aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias constitucionais dos tributos. As provisões foram revertidas no decorrer do desenvolvimento financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 3.434, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.401 (R\$ 2.226 em 2015). **c.** Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente desde 2006 e que não foi efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a dezembro de 2003. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.938 (R\$ 2.338 em 2015). **d.** Refere-se aos processos relativos ao PIS anterioridade EC 10/96 e 17/97, os quais discutem a inconstitucionalidade dos tributos. As provisões foram revertidas no decorrer dos processos, em virtude do arquivamento do processo administrativo por

	2016	2015
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	10.641	70.050
Obrigações por compra de câmbio	309.053	11.986
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(265.516)	(686.508)
Total	174.178	388.732

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2016	2015
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b)	45.585	50.111
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	16.332	17.242
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	13.167	11.986
Outros créditos tributários	3.148	819
Outros	267	446
Total	78.499	80.604
Ativo circulante	24.992	1.126
Realizável a longo prazo	53.507	79.478
Total	78.499	80.604

11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2016	2015
Bens não de uso próprio	306	201
Material em estoque	7	3
Despesas antecipadas	978	665
Total	1.214	896

No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco tem registrado como Bens Não de Uso próprio o imóvel recebido em garantia fiduciária nas operações de recuperação e renegociação de dívida, conforme adjudicação datada de 30 de abril de 2014.

12. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está assim representado:

Descrição	2016		2015	
	Taxa anual de depreciação %	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamentos de dados	20	5.560	2.393	3.167
Móveis e equipamentos de uso	10	1.582	(888)	694
Sistema de comunicação	10	299	(78)	221
Sistema de segurança	10	300	(284)	16
Sistema de transporte	20	1.577	(1.068)	509
Total		9.318	(4.711)	4.607

decadência da EC 10/96, e êxito no processo da LC 17/97, e consequente levantamento do depósito judicial. Em 2016, remanescem provisionados somente os valores referentes aos honorários dos advogados, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo andamento, atualizado em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 60,80 (R\$ 2.336 em 2015). **e.** O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Foi constituída provisão relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em discussão judicial. De acordo com o opinião dos consultores jurídicos as chances de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Por decisão da administração foi constituída provisão, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.627 (7.909 em 2015). **f.** A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que já foram tomados em cada situação são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 27.347 (R\$ 23.917 em 2015). **g.** A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão substantiva em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 3.297 (R\$ 3.533 em 2015). **h.** O Banco contabilizou o valor referente à parcela do exercício, o qual totalizou R\$ 59.231, e de R\$ 121.719 (R\$ 115.848 em 2015), desmuntualização das ações do Cetip no valor de R\$ 91 (R\$ 81 em 2015).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016				2015			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.390	3.533	23.917	40.840	13.390	3.533	23.917	40.840
Contribuição de provisão	-	-	571	571	-	-	571	571
Atualização monetária	679	52	3.430	4.161	-	-	-	-
Reversões operacionais	(2.100)	(664)	-	(2.764)	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.164	3.297	27.347	42.808	13.390	3.533	23.917	40.840

14. CAPITAL SOCIAL

a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016, foi deliberada o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 667.806 para R\$ 706.992, mediante a emissão de 39.185.367 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 31 de dezembro de 2016 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	2016	2015
Quantidade de ações (mil)	706.990	706.990
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	706.990	706.990
Acionistas domiciliados no país	-	-
Total	706.992	706.992

b. Lucro líquido: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto social. Em 31 de dezembro de 2016 não tiveram o valor de dividendos, pois foram imputados no valor de juros de capital próprio, o montante total de R\$ 59.231 (R\$ 44.783 em 2015). **c. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d. Reserva estatutária:** A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente, após destinação de R\$ 15.022 para integralização de JCP do exercício, o qual totalizou R\$ 59.231, e de R\$ 121.719 (R\$ 115.848 em 2015), e será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	2016	2015
Imposto de renda	28.102	28.102
Contribuição social de renda	883	883
Imposto sobre lucro líquido	92.335	92.335
Contribuição social de lucro líquido	3.344	3.344

Resultado antes da tributação sobre participações e JCP
Reversão de provisões de passivos contingentes
Provisão para crédito de liquidação duvidosa
Provisões temporárias
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"
Despesas não dedutíveis
Operações BM&F
Outras adições(exclusões) (i)
Composição de prejuízos fiscais anteriores
Lucro tributável
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)
Ajuste exercício anterior (ii)
Contribuição Lei Rouanet
Lei Empresa



SMBBC BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22
 Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION
 Tokyo - Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo
 Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000
 Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248
www.smbcgroup.com.br

RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2016

Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e *Compliance*, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Contábeis do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** Em sessão realizada em 08 de março de 2017 em conjunto com nossos

auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações contábeis por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios semestrais requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorados continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de implantação, são

compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis e relatórios financeiros. Os trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa, relacionados ao semestre findo em 30 de junho de 2016 foram apresentados em 09 de agosto de 2016 aos membros do Comitê de Auditoria. As avaliações foram aprovadas na reunião do dia 09 de agosto de 2016. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo

não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Contábeis:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Contábeis, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 13 de março de 2017
COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as

demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil

de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2017

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
 Contador - CRC 1SP230685/O-0